



PROGRAMAÇÃO

Dia 25 (terça-feira)

1) Carlos Adriano Ferraz (IFISP):
"Individualidade, Tradição e Moralidade:
Pilares de uma Sociedade Livre"

2) Paulo Lisandro Marques (FaE):
"Educação em Perspectiva Liberal:
Fundamentos e Proposições"

3) Rafael Cavagnoli (IFM):
"Teto de Gastos, Orçamento e a Universidade:
Mitos e Perspectivas"

Dia 26 (quarta-feira)

1) Marcelo de Oliveira Passos (Dept. de Economia):
"Liberalismo no Brasil: Passado, Presente e
Futuro"

2) Alisson Eduardo Maehler (FAT):
"Liberalismo e Gestão para o Brasil do século XXI"

3) Estudantes da UFPel e Clube Austral:
"Tolerância e Atualidade: uma Perspectiva Liberal"

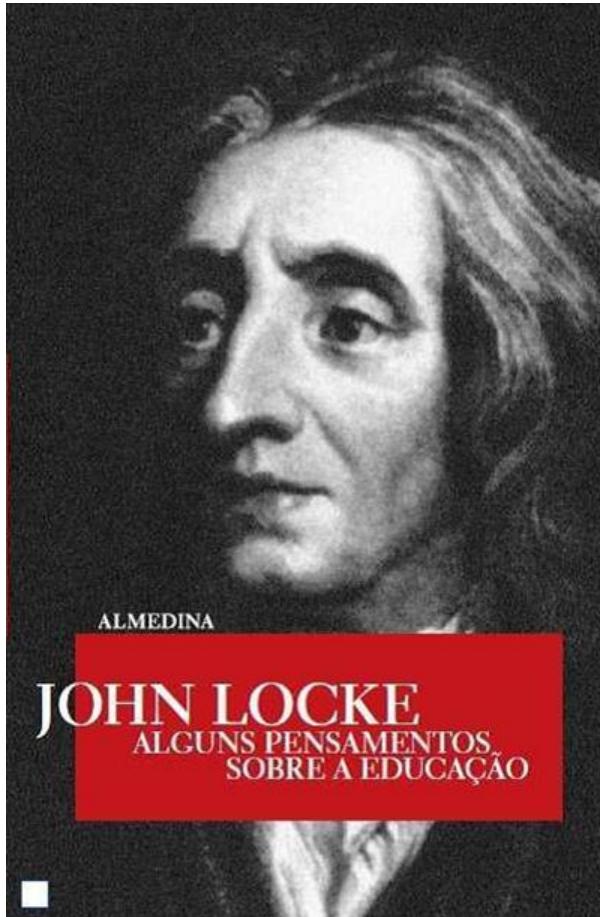


Educação em perspectiva Liberal: Fundamentos e Proposições

Prof. P. Lisandro Marques
Faculdade de Educação-UFPel

Fundamentos Filosóficos

Educação: virtude, razão e liberdade



Uma Educação liberal na perspectiva do liberalismo clássico de **John Locke**(1632-1704) tem como objetivo a formação do caráter virtuoso do indivíduo, do espírito excelente. A virtude como conformidade com o Bem, com a excelência moral ou de conduta. Condição para o homem livre, resgatando o sentido da *paideia* grega.

Para John Locke em seu ensaio **“Alguns pensamentos sobre educação”** (1693), razão, virtude e liberdade são inseparáveis e estão envolvidas numa relação simbiótica.

Educação para a liberdade de seres que (ainda) não são livres exige a presença do **educador**. O que vale por dizer que a educação para a formação de um cidadão livre, o contrário do servil, depende do exercício pelo pai/tutor/educador de um controle rigoroso sobre os comportamentos e hábitos da criança.

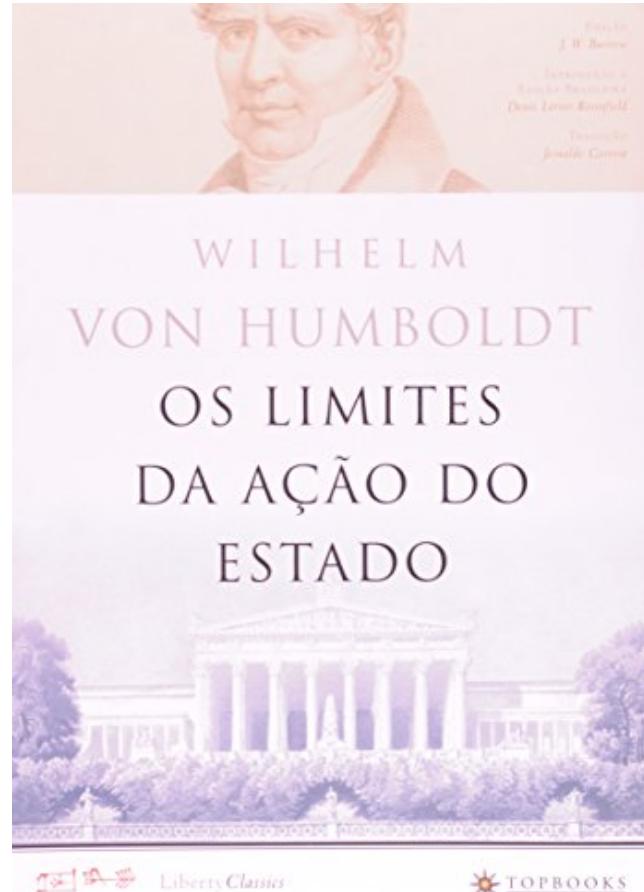
Em Locke a relação da educação é sobretudo paternal. Nesta, como nas restantes obras, o Estado raramente é convidado a entrar nas relações educativas.

Espírito § 31. Depois de tomada as devidas precauções para conservar o corpo com a sua força e vigor, para que possa obedecer e executar as ordens do espírito, o principal passo a seguir é elevar o próprio espírito, para que esteja disposto, em qualquer ocasião, a não consentir em nada que não esteja de acordo com a dignidade e a excelência de uma criatura racional.

§ 32. Se é verdade, como disse no princípio deste discurso, e não colocaria em dúvida, que as diferenças que existem nos costumes e nas aptidões dos homens provêm de sua educação, mais do que qualquer outra coisa, podemos concluir que há que ter grande cuidado em formar o espírito das crianças e em dar-lhes desde cedo aquela preparação que as influenciará para o resto da vida; porque quando fazem o bem ou o mal é na sua educação que racairá o elogio ou a censura; e quando cometerem uma falta ninguém se esquecerá de lhes aplicar o ditado habitual de que é o resultado de sua educação.

Bildung

- O termo ***Bildung*** (formação/educação) refere-se à tradição alemã de **auto-cultivo** (criação), em que filosofia e educação estão ligadas de uma maneira que se refere a um processo de amadurecimento pessoal e cultural.
- Esse amadurecimento é descrito como uma harmonização da mente e do coração do indivíduo e de uma unificação de individualidade e identidade dentro da sociedade
- Corresponde também ao modelo de educação do filósofo prussiano e fundador da Universidade de Berlim, **Wilhelm von Humboldt** (1767-1835).
- Neste contexto, o conceito de educação torna-se um processo vitalício de desenvolvimento humano, em vez de um mero treinamento para adquirir certos conhecimentos ou habilidades externas.
- ***Bildung***, é um processo no qual as sensibilidades espirituais e culturais de um indivíduo, bem como as habilidades pessoais, de vida e sociais, estão em processo de expansão e crescimento contínuos.
- A *Bildung* é vista como uma maneira de se tornar mais livre devido à maior auto-reflexão.



Título original da obra: “Ideias para um ensaio afim de determinar as fronteiras da eficácia do estado” escrito por Humboldt em 1792.

- O cultivo da compreensão, assim como qualquer outra faculdade do homem, é em geral levado a cabo por sua própria atividade, sua própria engenhosidade ou seus métodos próprios de manipular as descobertas dos outros. Por outro lado, as medidas do Estado implicam mais ou menos coerções e, mesmo ali em que tal não seja diretamente o caso, acostumam os homens a procurarem instrução, orientação e assistência vindas de fora, em lugar de dependerem de seus próprios expedientes. O único método de instrução de que o Estado talvez possa valer-se consiste em declarar o melhor curso a seguir, como se fosse o resultado de suas pesquisas. Mas se ele coage o cidadão por meio de alguns dispositivos compulsórios, diretamente pela lei ou indiretamente por outros meios – ou por sua autoridade em forma de recompensas, ou ainda , por fim, por meros argumentos, isso sempre se desviará bastante daquele que seria o melhor sistema de educação (**Cap. VI - Sobre a solicitude do Estado para com a segurança mútua dos cidadãos. Os meios para alcançar essa finalidade. As instituições para a reforma da mente e do caráter do cidadão. A educação nacional.** , p. 201)

A educação ***sem liberdade***

Estatal e obrigatória

O Despotismo esclarecido e a Educação Estatal

O primeiro movimento moderno pela educação obrigatória-estatal originou-se diretamente a partir da Reforma Protestante de 1517. A influência Luterana na vida política educacional no Ocidente, e em particular na Alemanha, foi enorme.

Na Idade Média o problema da educação obrigatória estatal não se apresentou na Europa. A instrução era realizada em escolas paroquiais, privadas, em Universidades paroquiais e centros de treinamento privado de formação profissional. O Fundamento dessa educação estavam nas **Artes Liberais**.

O rompimento com esse modelo de educação para a formação do homem livre se dá, não por coincidência, na historicamente despótica Prússia, o primeiro reino a ter um sistema de educação escolar obrigatório, seguindo o modelo luterano.

Em 1717, o rei **Guilherme I da Prússia** inauguro o sistema escolar obrigatório prussiano, o primeiro sistema nacional da Europa.

Na França, a educação obrigatória foi instituída juntamente com o serviço militar obrigatório, pós-revolução francesa(1789) e ampliada por **Napoleão Bonaparte**.

O sistema Prussiano foi estendido para o resto da Alemanha, em direção à formação da Alemanha como um Estado nacional a partir de 1861.

Em **1872** um decreto fortaleceu o controle absoluto do Estado sobre as escolas, contra quaisquer possível incursões da igreja católica.

Nesse período que chegará aos EUA o “Modelo Prussiano” de Educação Estatal e obrigatória.



Martin Lutero



Frederico Guilherme I da Prússia



Napoleão Bonaparte

No curso dos Séculos XIX e XX a escola se tornará a única instituição legitimada pelo Estado para prover Educação no mundo Ocidental.

O Estado será responsável por legislar sobre o Sistema Educacional, criando Leis e controles de funcionamento.

A escola é delegada a função de formar o homem como cidadão.

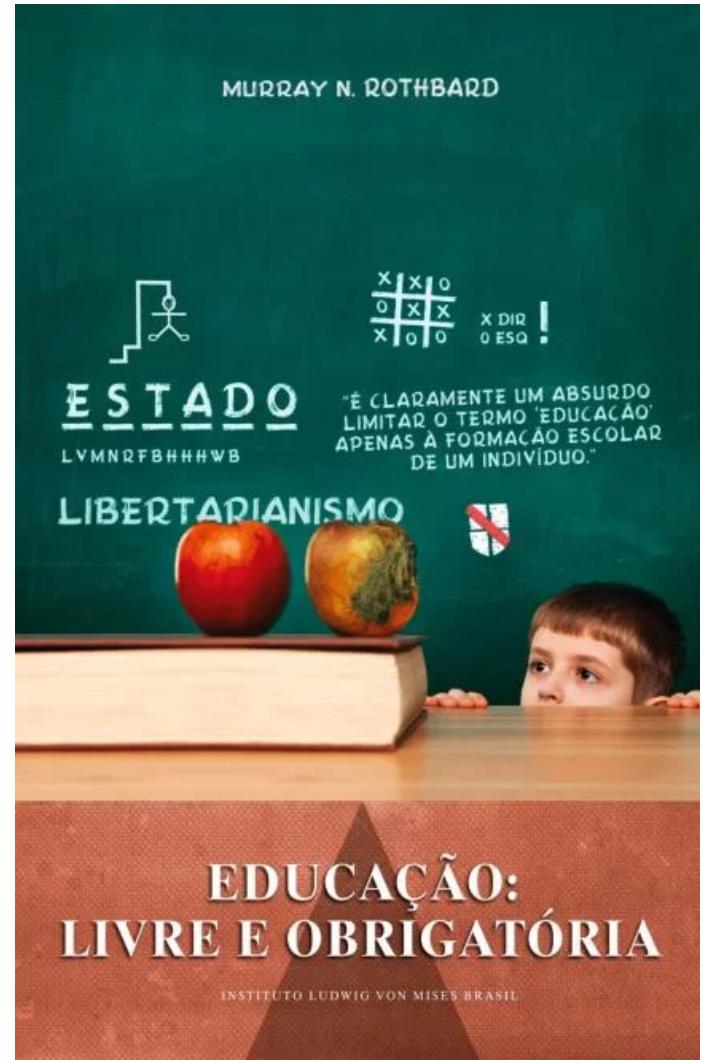
As Escola será Estatal e obrigatória na maioria dos países.

Mesmo onde existam Escolas Privadas estas estão submetidas às deliberações do Estado;

É para a escola que se dirigem os objetivos dos governos, dos pedagogos, especialistas;

A Escola mantém uma grande importância como lugar de socialização das crianças

(Durkheim) ;



Neste ensaio de **1972**, **Murray Rothbard** (1926-1995) apresenta um histórico da educação estatal obrigatória na Europa e EUA.

O modo mais eficaz de fazer com que todos sirvam ao sistema único de objetivos visado pelo plano social é fazer com que todos acreditem nesses objetivos. Para que um sistema totalitário funcione com eficiência, não basta que todos sejam obrigados a trabalhar para os mesmos fins: é essencial que o povo passe a considerá-los seus fins pessoais. Embora seja necessário escolher as ideias e impô-las ao povo, elas devem converter-se nas ideias do povo, num credo aceito por todos que leve os indivíduos, tanto quanto possível, a agir espontaneamente do modo desejado pelo planejador. Se o sentimento de opressão nos países totalitários é, em geral, bem menos agudo do que muitos imaginam nos países liberais, é porque os governos totalitários conseguem em grande parte fazer o povo pensar como eles querem”

F. Hayek. O Caminho da Servidão, 1944.

Educação e Liberdade

As propostas liberais

“Liberdade na sociedade significa que um homem depende tanto dos demais como estes dependem dele. A sociedade, quando regida pela economia de mercado, pelas condições da economia livre, apresenta uma situação em que todos prestam serviços aos seus concidadãos e são, em contrapartida, por eles servido”

Ludwig Von Mises - As seis lições

“A liberdade só se concretiza na existência da propriedade privada como modo de restrição ao poder do governo e da sociedade sobre os indivíduos”

Russel Kirk – The Conservative Mind

Educação Estatal no Brasil

Relatório da OCDE(Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 2017 apontou que o gasto público brasileiro com **Educação Básica** é de cerca de **US\$ 3.800** por aluno/ano. Com o Ensino Superior, é de **US\$ 11.700 por aluno/ano**, totalizando **5,4%** do nosso PIB.

O relatório do Banco Mundial *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, mostra que as despesas públicas com educação **vêm crescendo rapidamente** nos últimos anos em todas as áreas, mas principalmente na educação infantil e no Ensino Médio.

O gasto por aluno cresceu ainda mais rapidamente (**10,1% ao ano em termos reais**). No entanto, a **qualidade do ensino** ainda é muito baixa e o país tem melhorado muito lentamente.

É o que demonstra outro estudo do Banco Mundial —*LEARNING to Realize Education's Promise* — segundo o qual, a se manter o ritmo de melhorias que temos tido, o país levará **75 anos** para que nossos alunos de 15 anos atinjam a média de desempenho em matemática dos alunos de 15 anos de países ricos. Para atingir a média em leitura, o prazo é de **260 anos**.

Ideb Total - Anos finais do ensino fundamental - Brasil 2005-2017

Ano	Indicador de Rendimento (P)	Nota Média Padronizada (N)	Ideb (NxP)	Metas do Ideb
2005	0,77	4,52	3,5	
2007	0,80	4,70	3,8	3,5 
2009	0,82	4,88	4,0	3,7 
2011	0,83	4,97	4,1	3,9 
2013	0,85	4,96	4,2	4,4 
2015	0,86	5,19	4,5	4,7 
2017	0,87	5,36	4,7	5,0 

Fonte: MEC/Inep.

O Ideb é um índice utilizado pelo Inep/Ministério da Educação (MEC) para medir o desempenho do sistema educacional do Brasil. A avaliação é a junção das notas de Leitura e Matemática, realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a cada dois anos, com os dados do Censo Escolar anual

Nenhum estado brasileiro atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 na avaliação do ensino médio.

Ideb Total - Ensino médio - Brasil 2005-2017				
Ano	Indicador de Rendimento (P)	Nota Média Padronizada (N)	Ideb (NxP)	Metas do Ideb
2005	0,77	4,36	3,4	
2007	0,78	4,44	3,5	3,4 
2009	0,80	4,57	3,6	3,5 
2011	0,80	4,57	3,7	3,7 
2013	0,82	4,44	3,7	3,9 
2015	0,83	4,46	3,7	4,3 
2017	0,84	4,51	3,8	4,7 

Fonte: MEC/Inep.

Rede privada

O Censo Educacional 2017 informa que, na Educação Básica, a **rede privada** corresponde aos seguintes percentuais de matrículas:

23% na Educação Infantil,
18% no Ensino Fundamental
14,9% nas Séries finais; e,
12,2% no Ensino Médio

Na comparação de notas as escolas privadas superar as notas das escolas estatais em todas as etapas.

Rede privada supera notas do país em todas as etapas

Os dados da rede privada mostram que essas escolas tiveram um desempenho acima da média nacional em todas as etapas avaliadas. No entanto, apenas nos anos iniciais a rede superou a meta estabelecida para 2017: ficou com 7,4, diante de uma meta de 7,1 (a média do país foi de 7,1). Nos anos finais, alcançou 6,7, mas a meta era de 7,2. Mesmo assim está acima da média nacional, de 6,4. Já no Ensino Médio, as escolas privadas alcançaram 5,9, mas a meta era de 6,8. Mesmo assim, o resultado foi acima da média nacional, que ficou em 5,8.

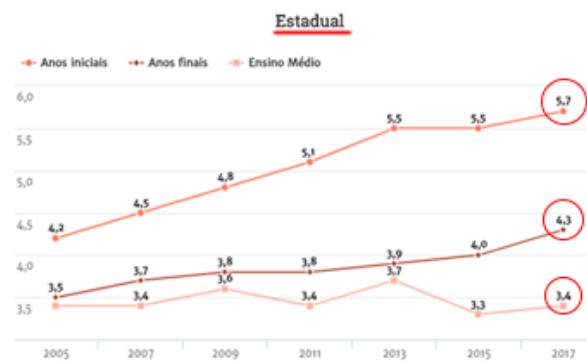
Ao ser informado sobre os números, o presidente em exercício do Sindicato do Ensino Privado

(Sinepe), Osvino Toillier, afirmou que pretende se posicionar somente depois que tiver acesso aos nomes das instituições avaliadas e aos critérios para avaliação. Hoje, ele pretende solicitar à Federação Nacional das Escolas Particulares apoio para ter acesso às informações:

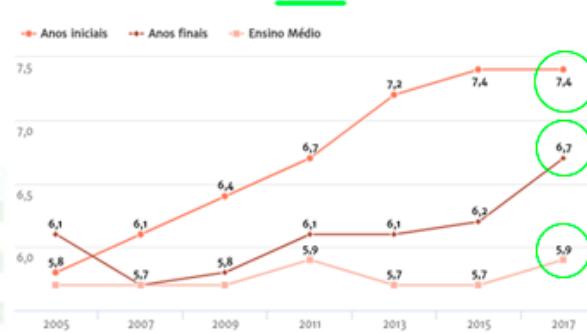
– Não anula a preocupação com alguns dos dados divulgados, principalmente nos que se referem ao Ensino Médio. Preciso, porém, saber quais foram as instituições analisadas e como estabeleceram estas metas que não foram alcançadas. Só poderei conversar com as escolas para definirmos os rumos se tivermos o mínimo de informações.

	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO
RS	7,4	6,7	5,9
Brasil	7,1	6,4	5,8
Meta RS	7,1	7,2	6,8

Rede estadual x privada no RS



Privada



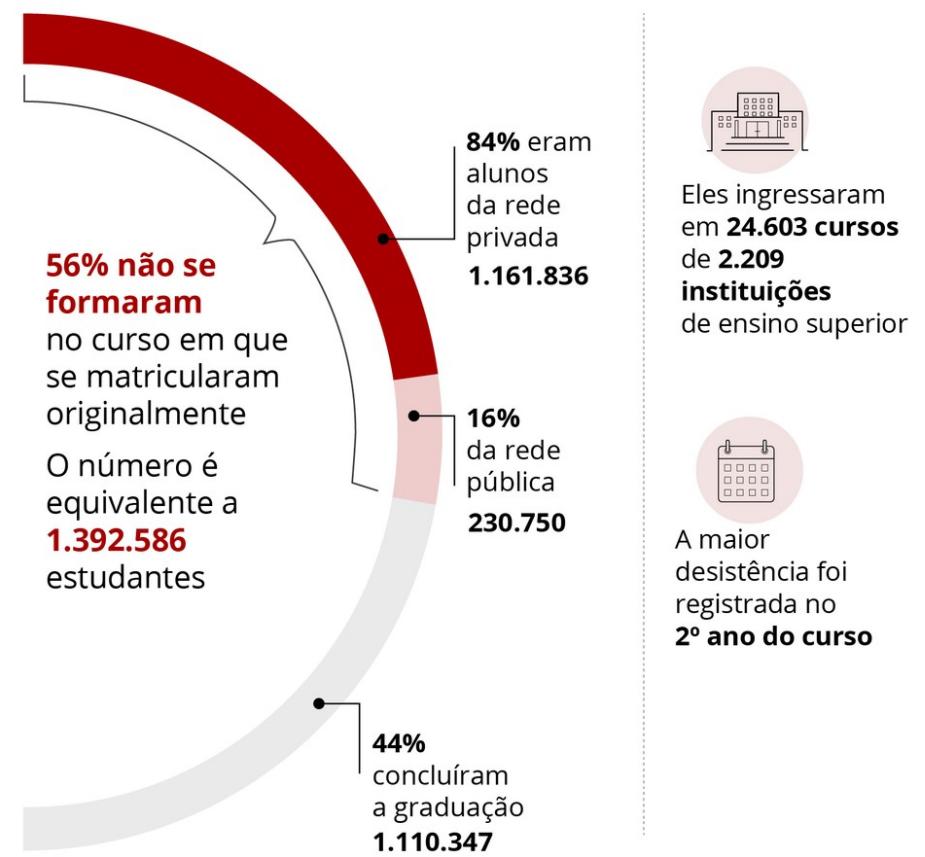
Formação de professores

Segundo dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), apenas **40%** dos professores brasileiros são capazes de solucionar problemas matemáticos que envolvem questões de porcentagem e proporções complexas e de resumir textos narrativos, científicos e jornalísticos.

- **Apenas 16% dos professores brasileiros têm alto nível de alfabetismo.** No entanto, o número de matrículas trancadas em cursos de formação de professores, tanto em cursos presenciais quanto a distância, só cresceu entre 2011 e 2015.

Desistências no ensino superior

Trajetória dos alunos que ingressaram na faculdade em 2010



Fonte: Inep/ MEC

Proposições

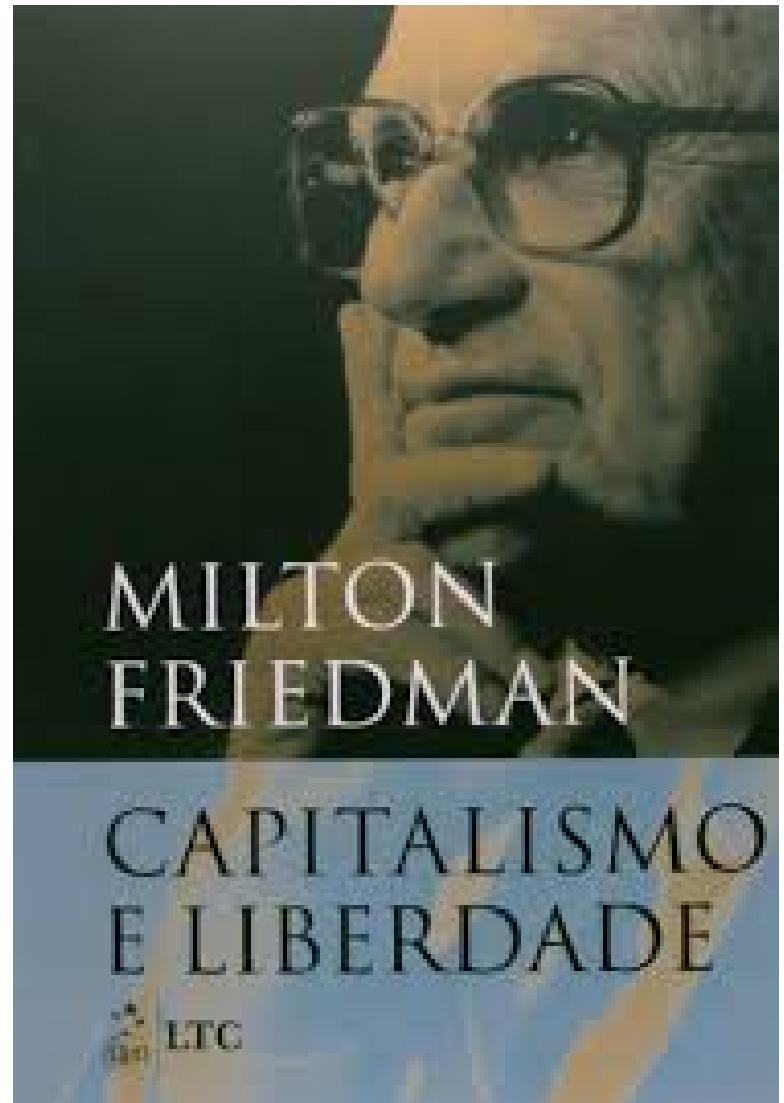
- 1) Vouchers/Vales educacionais
- 2) Bolsa de Estudos via Crédito Fiscal (BECF) para Educação Infantil e Ensino Fundamental
- 3) Poupança Educacional Personalizada (PEP) para o Ensino Médio
- 4) Startups educacionais
- 5) Educação Domiciliar (Homeschooling)

Vouchers

Milton Friedman, economista norte-americano, Premio Nobel de Economia de 1976, foi quem originalmente propôs em sua obra “*Capitalismo e Liberdade*” de 1962 o Sistema de **Vouchers educacionais**

O **Voucher** funcionaria como um *título* (entitlement), *vale* ou *cupom*, financiado pelo governo, para que os estudantes e suas famílias possam usar para escolher de forma livre a melhor escola para seus filhos.

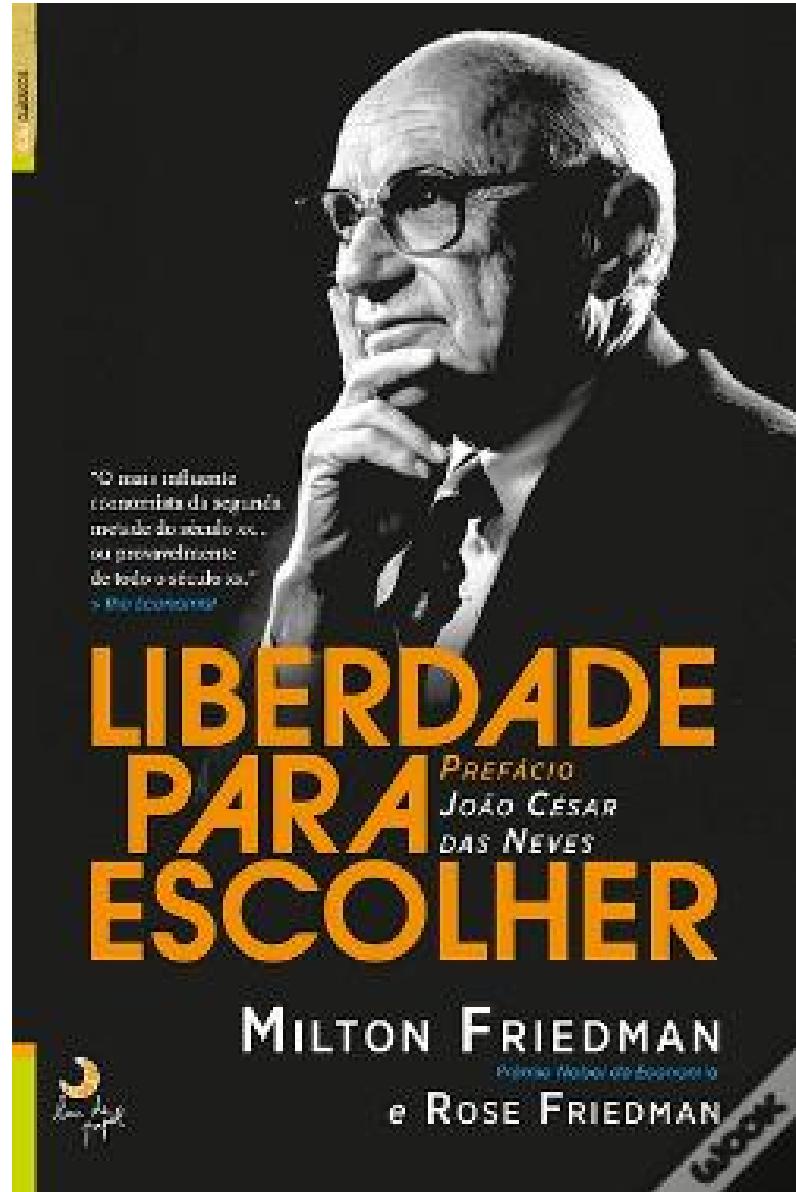
Friedman defendeu o financiamento público da educação em função das externalidades de uma sociedade educada, bem como em função da existência de restrição a crédito. No entanto, argumentava que financiamento público não significava *provimento* da educação que poderia ficar a cargo na iniciativa privada.



“(...) Uma forma de se obter um melhor resultado, de levar o aprendizado de novo à sala de aula, especialmente para os que hoje estão mais defasados, é **dar a todos os pais um controle maior sobre o ensino de seus filhos**, semelhante ao que temos agora nas classes de renda mais elevada. Em geral, os pais tanto têm um maior interesse na educação de seus filhos como um conhecimento mais íntimo de suas capacidades e necessidades, melhor do que qualquer outra pessoa.

Os reformadores sociais, e os reformadores educacionais em particular, quase sempre consideram, **hipocritamente** que os pais, especialmente aqueles que são pobres e têm pouco grau de instrução, têm pouco interesse na educação dos filhos e nenhuma competência para escolher por eles. **Isso é um insulto gratuito.** Esses pais quase sempre tiveram pouca chance de escolha(...).

(...) Uma forma simples e efetiva de assegurar aos pais uma liberdade maior de escolha, ao mesmo tempo preservando os recursos atuais de financiamento, é um programa de Voucher” (*Liberdade para escolher*, p. 236)



“Os pais poderiam, e deveriam, ter a permissão de usar os vouchers não apenas nos colégios privados, mas também em colégios públicos – e não apenas em instituições de seus próprios distritos, cidades ou estados, mas em qualquer uma que quisesse aceitar seus filhos. Isso tanto daria aos pais uma oportunidade maior de escolha quanto, ao mesmo tempo, faria com que os colégios públicos passassem a se financiar, cobrando matrículas(total se o voucher correspondesse ao custo total; ou pelo menos em parte, caso contrário) . Os colégios públicos teriam, então , de concorrer tanto uns com os outros quanto com colégios particulares

(M. Friedman, Liberdade para escolher, p.238)”

Os países que utilizam atualmente programas de Vouchers são : Suécia, Dinamarca, Nova Zelândia, Holanda, EUA, Chile, Índia, Colômbia , mas todos com regulamentações que vão bastante além do que Friedman pensou. Cada país criou um modelo de programa diferente, com alcance e características próprias

Desenhos dos Programas

Pequena-Escala

EUA: financiados com receitas de impostos, financiados com crédito fiscal e financiados privatamente (fundações)

Colômbia

Índia

Larga-Escala

Chile

Dinamarca

Holanda

Nova Zelândia

Suécia

Chile

Esquema **universal** de voucher: criado a partir de 1981

Antes da reforma, três tipos de escolas estavam em operação: i) escolas públicas gerenciadas pelo Ministério da Educação (80% das matrículas), ii) escolas privadas não-subsidiadas que atendiam as famílias de renda alta (6% das matrículas), e iii) escolas privadas subsidiadas que não cobravam mensalidades, recebiam subsídios lump-sum, em geral Católicas (14% das matrículas).

Reforma 1981 teve dois componentes principais: 1a) gerenciamento das escolas públicas foi transferido para os municípios e simultaneamente garantiu-se um subsídio por estudante suficiente para cobrir seus custos. 2a) escolas privadas subsidiadas (ou “voucher”) começaram a receber exatamente o mesmo subsídio por estudante que as escolas municipais. Estas mudanças levaram a uma entrada substancial de escolas privadas.

Chile

Escolas públicas operavam com mais restrições. Elas não poderiam “rejeitar” alunos a menos que não houvesse vagas e não podiam cobrar aulas particulares no nível primário.

Todas as escolas deviam implementar elementos de um currículo nacional e participar dos exames anuais padronizados, sendo que os resultados passaram a ser publicizados a partir de 1990.

Desde 1997 escolas que cobram Suplementos de taxa de matrícula são obrigadas a dar isenções para uma porcentagem de estudantes de baixa renda.

Em 2008, o flat voucher tornou-se diferenciado: ele foi aumentado para os estudantes de baixa renda.

Entretanto, nem todas as escolas podem receber esses subsídios adicionais – são restritos a escolas que cumprem determinados critérios.

Em 2009 57% dos estudantes frequentavam escolas privadas, sendo 50% com voucher.

Resultados

Desde que o exame PISA foi implementado em 2000 até a última edição em 2015, nenhum país da América Latina mostrou o nível de melhora de performance como a do **Chile**. O país andino está em 44º lugar entre 72 nações. O Brasil, que mostrou pouca evolução nos últimos anos, é o 63º.

Um estudo publicado em 2018, indica que o sistema educacional de quase-mercado chileno — em comparação com o quase-monopólio estatal nos outros países da região — é provavelmente o responsável por este desempenho.

O modelo chileno é o oposto do brasileiro: em vez de centralização, autonomia local. Em vez de escolas públicas como única alternativa para os mais pobres, Vouchers para que as famílias possam matricular as crianças em escolas privadas. Em vez de gratuidade universal, universidades públicas com cobrança de mensalidades.

O sistema de vouchers Chileno teve tanto êxito que dos últimos sete presidentes chilenos, 3 eram de partidos socialistas e nenhum revogou o sistema.



Um modelo para o Brasil

Alguns países, como a Suécia, a Holanda e o Chile têm o sistema universal: todos os alunos, independentemente da renda familiar ou de seu endereço, têm direito ao voucher.

Já nos Estados Unidos, nos estados que adotam o sistema, há critérios de elegibilidade, seja a renda familiar, a existência de necessidades especiais, ou outros. Para que o máximo possível de famílias mantenham responsabilidade financeira direta pela educação dos seus filhos.

No Brasil seria possível implementar um tipo de financiamento via Vouchers prioritariamente destinado aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental de famílias de baixa renda. Logo, a gestão desse sistema ficaria a cargo prioritariamente dos municípios, mas também dos estados.

Valor do voucher: Em alguns lugares, o valor do voucher é fixo; em outros, varia de acordo com a renda familiar. Por exemplo, no Chile, o voucher de um aluno pobre vale 50% mais do que o voucher de um aluno de classe média/alta.

É possível um desenho Voucher com foco nas famílias de baixa renda, de modo que o valor pode ser definido e fixo por cada estado de acordo com o que o aluno custe. Se necessário, para diminuir os custos do programa e para aumentar o comprometimento dos pais que possam arcar com algum percentual do valor do voucher, duas faixas de valor podem ser estabelecidas, sendo que as famílias mais pobres continuariam a receber o valor integral.

Critérios para a participação de escolas: Quanto maior for a regulamentação estatal, menos diversificação e especialização existirão. Isto significa menos concorrência e menos escolhas reais para os pais.

O que garantirá a qualidade dessas escolas é um **conjunto de informações confiáveis e, para as que assim desejarem**, tanto pode ser uma certificação de instituições públicas(Fundações, Universidades) ou certificação privada.

Poupança Educacional Personalizada (PEP) para o Ensino Médio

Programa de financiamento que permite uma ‘diversificação’ de serviços educacionais como já existe e é adotado em alguns estados dos Estados Unidos, onde é conhecido como *Education Savings Accounts* (ESA).

Através dessa modalidade, que de **Poupança Educacional Personalizada** (PEP), os pais recebem depósitos de até 90% dos recursos públicos destinados à educação do seu filho em uma conta poupança.

Esses recursos, normalmente utilizados através de um cartão de débito, podem ajudar a custear uma variedade de produtos e serviços educacionais além de mensalidades escolares.

Por exemplo, os pais podem gastar em livros, aulas particulares, cursos online, terapia educacional (para crianças especiais) e material para Educação Domiciliar e serviços de **startups educacionais**.

Podem mais: podem economizar os recursos para pagar uma Universidade, o que no contexto dos Estados Unidos, onde não há ensino superior gratuito, representa uma importante ajuda.

Para que um livre mercado educacional seja construído no Brasil, é importante limitar a atuação do Estado não apenas como provedor mas também como gestor da educação.

Por isto, é essencial que o sistema de PEP seja administrado pelo setor privado. Empresas com ou sem fins lucrativos devem concorrer pela gestão dos recursos a ser utilizados pelas famílias através das PEP.

A essas empresas gestoras de PEP caberia intermediar a relação entre o Estado e as famílias em todos os aspectos do programa, fazendo a interface entre o Estado, a instituição financeira e as famílias.

Elas seriam responsáveis por acompanhar os gastos feitos com o cartão de débito de uso restrito e por fazer os depósitos trimestrais na conta de cada aluno, após a checagem de que não houve mal uso dos recursos. Elas podem, individualmente ou em grupos — para baratear os custos — buscar alternativas tecnológicas para uso e controle do cartão de débito.

Bolsa de Estudos via Crédito Fiscal (BECF) para Educação Infantil e Ensino Fundamental

Esta modalidade vem sendo adotada em vários estados dos EUA, onde é conhecida como *Tax Credit Scholarships (TCS)*. Pessoas ou empresas recebem créditos fiscais para doar recursos para organizações sem fins lucrativos que dão bolsas de estudos em escolas privadas.

Estudo nos Estados Unidos mostra que entre 2014 e 2015, mais de 250 mil estudantes em 17 estados dos Estados Unidos receberam essas bolsas.

Assim como os vouchers, as BECF permitem que os pais usem o dinheiro em escolas privadas, mas elas são diferentes quanto à maneira como o dinheiro é obtido e administrado.

Enquanto os vouchers são bancados com impostos arrecadados, as BECF vêm de iniciativas voluntárias.

Startups educacionais

Há, pelo menos, **364 startups** em todo o Brasil especializadas em educação. O levantamento foi feito pela **AbStartups** em parceria com o **Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb)**.

- "A presença de startups educacionais, as chamadas **"EdTechs"**, neste segmento ainda está em fase germinal, embora o ensino público concentre boa parte dos gargalos do setor e a grande maioria dos estudantes (sete em cada 10 estudam em escola pública, no ensino básico)."
- "As escolas, sozinhas, representam quase a metade dos clientes das EdTechs. É um mercado mais significado do que a soma de todos os outros setores (ensino superior, de idiomas, corporativo e cursos livres). O que demonstra a importância do ensino básico para o crescimento destas startups.

- Uma escola quer disponibilizar conteúdos extras para os seus alunos. Existem sistemas que conseguem fazer isso de forma personalizada, criando um guia de estudos que vai priorizar trigonometria no lugar de equação com fatorial, por exemplo. A escola paga um valor considerado baixo, mês a mês, e os alunos têm acesso a este serviço pela internet.
- Quase a metade (47%) atua no segmento de educação básica, o mais representativo. Apenas 8% atuam exclusivamente no ensino superior. Além disso, 19% das startups ofertam cursos livres; 8% atuam no mercado corporativo; e 4% no mercado de idiomas. Há ainda um sexto grupo, que engloba 14% das EdTechs, que trabalha em mais de um segmento.
- O estado de São Paulo concentra a maior parte das EdTechs, 43% fica por lá. Além de ser um hub de startups, o estado concentra a sede de grandes grupos educacionais."

Educação Domiciliar (*Homeschooling*)

A Educação Domiciliar (homeschooling) existe em diversos países. No Brasil , segundo a pesquisa mais recente da Associação Nacional de Educação Domiciliar, a prática do homeschooling, ou ensino doméstico, aumentou 916% entre 2011 e 2016. Atualmente, **há 3.200 famílias**, com cerca de **6 mil crianças e adolescentes**, utilizando esse método de ensino – mais da metade nas regiões Sudeste e Sul."

É necessário descriminalizar essa prática, acabar com a insegurança jurídica que pesa sobre a Educação Domiciliar, reconhecendo a soberania educacional da família.



**Hoje o Brasil adormece menos livre
Ministros do STF proibem
homeschooling por 9 a 1**

fonte: Gazeta do Povo

UNILIVRES

A partir dos seguintes estudos publicados nos EUA que compilam resultados de artigos científicos sobre a experiência de *homeschooling*

- i) **Homeschool Progress Report:** relatório sobre desempenho acadêmico e perfil social dos adeptos do homeschooling nos Estados Unidos. O documento é extremamente acessível, com vários gráficos e uma bibliografia básica ao final;
- ii) **Academic Statistics on Homeschooling:** artigo elaborado pela Home School Legal Defense Association, baseado em farta bibliografia e pesquisa de campo, sobre os resultados obtidos com alunos em educação domiciliar;
- iii) **Research facts on Homeschooling:** exposição de resultados de pesquisas sobre ensino domiciliar, elaborada pela National Home Education Research Institute, de janeiro de 2018.

É possível concluir que:

- a) alunos educados em ensino domiciliar têm resultados substancialmente superiores aos alunos das escolas públicas americanas em todas as áreas;
 - b) esses resultados são homogêneos entre brancos e minorias, ao contrário do que ocorre nas escolas regulares;
 - c) esses resultados independem do nível de regulação do governo: ou seja, o desempenho acadêmico é alto tanto nos estados americanos com alta regulação, como naqueles em que ela é quase inexistente;
 - d) famílias em que os pais não possuem ensino superior também apresentam resultados superiores aos das escolas públicas. Há leve melhora na média das notas à medida que a escolarização dos pais aumenta;
 - e) os resultados são homogêneos entre meninos e meninas e famílias com diferentes níveis de renda.
- 2) O ensino domiciliar gera ótimos resultados em termos de socialização

As evidências e dados empíricos de experiências de países que possibilitaram o surgimento de um mercado livre educacional mostram que o Brasil teria uma educação de muito melhor qualidade e menos cara se seguisse esse caminho. Se o Estado se limitasse a financiar, onde for preciso, e caso a iniciativa privada atuasse como provedora, gestora e certificadora de produtos e serviços educacionais.

Referências Bibliográficas

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

- LOCKE, John. *Alguns pensamentos sobre educação*, Coimbra, Almedina, 2012.
- HUMBOLDT, Wilhelm. *Os limites do Estado*, Rio De Janeiro, Topbooks/Liberty Classics, 2004.
- ROTHBARD, Murray. *Educação: Livre e obrigatória*, São Paulo, Instituto Mises Brasil, 2013.
- MISES, Ludwig von, *As seis lições*, São Paulo, LVM, 2018.
-
- O liberalismo*. São Paulo, Instituto Mises Brasil, 2010.
- BASTIAT, Frédéric. *O que se vê e o que não se vê*. São Paulo, Instituto Mises Brasil, 2010.
- HIMMELFARB, Gertrude. *Os Caminhos para a modernidade. Os iluminismos britânico, francês e americano*, São Paulo, É Realizações, 2011.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo, antigo e moderno*, São Paulo, É Realizações, 2014.
- HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo, Instituto Mises Brasil, 2010.

ESTUDOS E PROJETOS

FRIEDMAN, Milton. ***Capitalismo e Liberdade***, Rio de Janeiro, LTC, 2017.

Livre para escolher. Uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia. São Paulo, Record, 2017.

EPPEL, Denis; ROMANO, Richard e URQUIOLA, Miguel. Working Paper 21523. NBER, september 2015.

Journal of Economic Literature 2017, 55(2), 441-492

<https://doi.org/10.1257/jel.20150679>

CAMARGO, Anamaria; MIOTTO, Giuliano(Coord.) ***Educar é libertar. Uma nova abordagem aos desafios da Educação no Brasil***, Goiania, Instituto Liberdade e Justiça, 2017.

Jornal Gazeta do Povo

“Devemos ver que, desde que o Estado começou a controlar a educação, sua tendência evidente tem sido cada vez mais agir de modo a promover a repressão e o impedimento à educação, ao invés do verdadeiro desenvolvimento do indivíduo. Sua tendência tem sido para a coação, para a igualdade forçada ao nível mais baixo, para o enfraquecimento dos conteúdos e até mesmo o abandono de todo o ensino formal, para inculcamento da obediência ao estado e ao “grupo”, ao invés do desenvolvimento da auto-independência, e para depreciação dos assuntos intelectuais”

M . Rothbard -Educação livre e obrigatória.